

A tomada de consciência das limitações de um modelo de desenvolvimento que já não responde satisfatoriamente a um processo mais amplo de sobrevivência global impõe a revisão das bases que fundamentam a relação natureza-sociedade. Recentes análises afirmam que o alcance do almejado desenvolvimento sustentável requer a criação de um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos na implantação de um sistema social que contribua à resolução de tensões causadas por um desenvolvimento desequilibrado. No contexto de vigência da Agenda 21 Global, destaca-se a pertinência de uma pesquisa que visou produzir conhecimentos acerca de formas de manejo e uso de recursos naturais para subsidiar gestores da administração pública do município de Jaguarão na tarefa de elaboração da Agenda 21 Local, em atendimento às orientações constantes na Agenda 21 Nacional brasileira, publicada no Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2004, bem como na caracterização de realidades sociais, econômicas e culturais de comunidades rurais a serem beneficiadas com a implementação do Programa Projovem do Campo – Saberes da Terra no estado do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, o estudo foi conduzido na direção de contribuir com gestores da Secretaria de Educação e da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente na definição de pautas e de ações voltadas tanto à superação de entraves à garantia da desejada sustentabilidade como à identificação de temas a serem contempladas em projetos de educação. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2011 e no mês de março de 2012, através de entrevistas concedidas, espontaneamente, por cento e vinte trabalhadores residentes em seis áreas rurais de Jaguarão. Os resultados do estudo apontaram que as diferenças de bens culturais e econômicos que cada ator social dispõe revelam relações de forças em disputa nas práticas de apropriação e de exploração dos recursos naturais. Compreendendo o território como resultado de processos de ocupação, de organização e de ação humana em um determinado espaço, acreditamos que a identificação e a socialização de modos particulares e coletivos de trabalhadores do campo interferirem e produzirem alterações nos espaços rurais em que residem viabilize a revisão de políticas ambientais locais vigentes. Concluímos o estudo ressaltando que urge a criação e a implantação de programas de educação ambiental que garantam a difusão e a apropriação de conhecimentos capazes de orientar a criação de novas práticas, a adoção de técnicas mitigadoras de impactos ambientais e a promoção de atividades educativas voltadas à conscientização de diferentes dos sujeitos investigados sobre a importância e os benefícios que os recursos naturais podem trazer as gerações presentes e futuras quando protegidos e preservados.